



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2009

Dispõe sobre a proibição da venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Forças Armadas Brasileiras, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal ou de qualquer órgão que tenha poder de polícia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida a venda em todo o território nacional de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Forças Armadas Brasileiras, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal ou de qualquer órgão que tenha poder de polícia.

Art. 2º O fornecimento de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das forças de segurança mencionadas no artigo anterior deve ser efetuado somente pelas instituições públicas respectivas que comprará o material de empresas devidamente cadastradas.

Art. 3º Os vestuários, coletes e fardamentos das forças de segurança mencionadas no artigo 1º desta lei devem ter estampado o número do Registro Especial (RE) ou outra identificação dos seus respectivos integrantes.

Art. 4º O descumprimento desta lei implicará em multa administrativa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com a capacidade econômica do estabelecimento comercial responsável pela venda da farda, do colete ou de qualquer tipo de vestuário militar ou distintivos e acessórios de segurança pública e o imediato fechamento do estabelecimento.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo Federal no prazo de 90 (noventa) dias de sua promulgação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Senador **ROMEU TUMA**
PTB-SP

J U S T I F I C A Ç ã O

Esta proposição tem como objetivo principal regular a industrialização e comercialização de uniformes ou qualquer tipo de vestuário ou acessório militar, como, por exemplo, fardas, coletes, distintivos e acessórios de uso exclusivo e restrito das Forças Armadas brasileiras e das demais forças de segurança pública da União e do Distrito Federal.

Com a referida normatização, evitar-se-á que os uniformes e acessórios de uso restrito e exclusivo das Forças Armadas e dos demais órgãos de segurança pública da União e do Distrito Federal e outros órgão de segurança pública sejam adquiridos por qualquer cidadão e utilizados na consecução das mais variadas espécies de crimes.

Recentemente, os meios de comunicação de massa têm noticiados o incremento dos mais variados ilícitos penais onde foram utilizados vestuários e acessório de uso exclusivo e restrito das forças armadas brasileiras e órgãos de segurança pública civil e militar da União e de outros órgãos de segurança pública.

Hoje, referidos materiais e equipamentos militares são adquiridos com extrema facilidade, sem que o comprador tenha sequer de se identificar ao adquiri-los.

É comum a oferta de vestuário militar, acessórios de segurança pública e vários materiais de uso militar, até mesmo pela rede mundial de computadores com entrega no domicílio do comprador.

A comercialização indiscriminada de uniformes e equipamentos das forças de segurança pública coloca em riscos a população, bem como os próprios policiais e instituições responsáveis pela segurança pública.

Treze Estados brasileiros não têm legislação específica sobre o comércio de material e equipamentos militares, segundo informações da mídia nacional.

O Princípio Federativo determina que os Estados-membros da Federação Brasileira e os Municípios têm autonomia, caracterizada por um determinado grau de liberdade, referente à sua organização, à sua administração e ao seu governo, e limitada por certos princípios, consagrados pela Constituição Federal.

Coerente com aquele princípio, com a apresentação desta proposição, pretende-se debater a matéria no Congresso Nacional com o escopo de regulamentá-la, minimamente.

Em relação à matéria, não se causará qualquer empecilho ao Poder Legiferante dos Estados e Municípios brasileiros.

Razões pelas quais, tenho a honra de submeter à apreciação de meus ilustres e doutos Pares o presente projeto de lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 10 e 11 /09/2009.